

**PEDAGOGIA LIBERTÁRIA: UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE
OS LIMITES E POSSIBILIDADES DE SUA IMPLEMENTAÇÃO
NA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA**

Cristina Barbosa Cherubini
UNIOESTE

RESUMO

Este tema busca contribuir para pensarmos sobre as tensões presentes na estrutura da escola pública brasileira. Para que pudéssemos articular com os objetivos do trabalho vimos à necessidade em buscar elementos da história da educação, principalmente a que corresponde à década de 1930, tendo em vista o movimento anárquico dos trabalhadores europeus. Nesse sentido faremos uma análise da educação a partir do século XX, procurando compreender a concepção libertária e as prováveis articulações com as necessidades educacionais exigidas pelo movimento sindical anarquista em São Paulo. Tendo por objetivo principal apresentar a organização do trabalhador imigrante e suas exigências para implementação de um ensino obrigatório, que já o é, mas de “qualidade”. Por meio deste estudo discutiremos os desafios e as limitações de uma possível perspectiva libertária na escola pública brasileira. Buscamos também promover reflexões no meio universitário para que a dimensão dualista do ensino brasileiro seja rompida de fato. Para tanto se faz necessário abordar a temática, tendo em vista a qualidade do ensino nas escolas públicas contemporâneas.

Palavras-chave: Pedagogia Libertária; Escola Pública; Implementação.

**LIBERTARIAN EDUCATION: A HISTORICAL LOOK ON THE
LIMITS AND POSSIBILITIES OF ITS IMPLEMENTATION IN THE
BRAZILIAN PUBLIC SCHOOL**

ABSTRACT

This theme seeks to contribute to think about the tensions present in the structure of Brazilian public schools. So we could articulate the objectives of the work we saw the need to seek elements of the history of education, which corresponds mainly to the 1930s, in view of the anarchist movement of European workers. In this sense we will make an analysis of education from the twentieth century, seeking to understand the libertarian conception and likely linkages with the educational needs required by the anarchist trade union movement in São Paulo. Having main objective to present the organization of immigrant workers and their demands for implementation of a compulsory education, which already is, but "quality". Through this study we will discuss the challenges and limitations of a possible libertarian perspective on the Brazilian public school. We also seek to promote reflections in the university so that the dualistic dimension of Brazilian education is indeed broken. Therefore it is necessary to address the issue, bearing in mind the quality of education in public schools contemporary.

Keywords: Libertarian Education; Public School; Implementation.

“Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda”. (Cecília Meireles)

INTRODUÇÃO

Nos últimos meses verificamos no Brasil manifestações e protestos nas ruas, reivindicando direitos e questionando estruturas de poder. Alguns grupos se denominando de anarquistas tomaram conta dos principais centros urbanos, mediante ações radicais de protesto político, tachados pela grande mídia como vândalos e arruaceiros. Analisar os protestos sociais no Brasil prescinde avaliar os serviços públicos, entre eles a escola pública. Nesse cenário percebemos o ideário libertário se manifestando nas lutas reivindicatórias abrindo um leque para abordarmos temáticas como: o direito a escola pública de qualidade, educação emancipadora, moradia, transporte, saúde, saneamento básico, entre outros.

Neste artigo discutiremos a pedagogia libertária como possibilidade e proposta educativa nas instituições públicas. Trata-se de resultados parciais dos estudos, que estamos desenvolvendo no TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Cascavel.

Esse tema foi escolhido devido a alguns questionamentos sobre a viabilidade da Pedagogia Anarquista na atualidade brasileira. Na contramão dessa proposta temos a racionalidade da produção capitalista instaurada nos espaços da escola. Sendo possível problematizar as seguintes questões: Há possibilidades de implementação do ideário anarquista educacional no Brasil? Quais os desafios propostos para o preparo dos docentes nos pressupostos libertários? Há viabilidade numa proposta pedagógica socialista numa sociedade capitalista? Quais os limites sociais e econômicos impostos?

Para que pudéssemos responder as questões buscamos na pesquisa bibliográfica o aprofundamento do tema.

1. Ensino público na atualidade

Uma das características do ensino público brasileiro é o caráter dualista, isto é, há duas escolas, uma pobre para os pobres, que visa preparar os filhos dos trabalhadores para o mercado produtivo capitalista e outra rica para os filhos da elite, que tem como objetivo o preparar os jovens para profissões liberais ou cargos administrativos. Tendo como referência esta situação real buscamos levantar as possibilidades de implementação dos pressupostos da Pedagogia Libertária.

Para tanto entendemos que o processo educacional reflete as contradições de classe em que ao mesmo tempo tenciona o Estado na adoção de políticas sociais, entre elas as educacionais. Então, a educação dada é produto de uma determinada sociedade, ou seja, é construída historicamente, sendo assim as concepções sócias, econômicas e políticas são refratas e perpassam pelo contexto social e cultural dos processos de trabalho.

Assim o ideário libertário se contrapôs de diferentes maneiras ao longo da história, ao tentar organizar uma ordem baseada na emancipação, igualdade, autonomia e cooperação, o movimento anárquico na educação defendia a escola em estrutura de

autogestão e manifestava os seus anseios em bandeiras de movimentos feministas, em manifestos de contraposição aos governos autoritários.

Para essa pesquisa de cunho bibliográfico buscaremos nas fontes e arquivos os documentos sobre a Pedagogia Anarquista procurando fundamentar as leituras em pesquisadores da história da educação brasileira, como: Tragtenberg (1982), Gallo (1990) e Luizetto (1981).

Almejo, com este trabalho de conclusão de curso compreender o processo histórico da educação brasileira e a trajetória da proposta pedagógica libertária no Brasil.

1.1 As Ideias Libertárias na Educação da Grécia Antiga

O ideal libertário esteve presente desde a antiguidade. Alguns pensadores gregos se utilizavam de categorias linguísticas como: educação e liberdade. Esses termos faziam parte de uma concepção maior de sociedade. Em meados dos anos 400 a. C., os sofistas seguiam os seus mestres. Platão, legatário de Sócrates deixou escrita uma proposta educacional. Na Grécia encontramos elementos do anarquismo utópico em Platão, considerado o primeiro educador grego. Vejamos no excerto abaixo, em “A República” ao fazer uma crítica ao formato de Estado que exercia o poder baseado na justiça, porém os meios utilizados eram injustos.

[...] Ó admirável amigo, entre vós todos que pretendeis ser os defensores da justiça, a começar pelos heróis dos primeiros tempos cujos discursos chegaram até nós, ainda ninguém censurou a injustiça nem tampouco louvou a justiça de outro modo, exceto pela reputação, pelas honras e recompensas que a elas estão vinculadas; quanto ao fato de estarem uma e outra, por seu próprio poder, na alma que as possui, ocultas aos deuses e aos homens, ninguém, quer em verso, quer em prosa, jamais demonstrou suficientemente que uma é o maior dos males do espírito e a outra, a justiça, o seu maior bem. Com efeito, se nos falassem todos assim desde o começo e se, desde a infância, nos convencessem desta verdade, não precisaríamos nos defender mutuamente da injustiça, mas cada um de nós seria o melhor guarda de si mesmo, por causa do temor de, se fosse injusto, coabitar com o maior dos males” (PLATÃO, 1997, p.59).

De acordo com Bello (1978), Atenas é considerada como a sociedade precursora na educação grega.

Recorrendo a Bello:

Como professores, ensinavam os sofistas, antes de tudo, a arte de discutir e de falar, como meio de vencer na política ou na advocacia. A sua dialética não era a arte de guiar o raciocínio na investigação ou na transmissão da verdade, mas a arte de se impor aos outros a própria opinião, sem indagar se essa opinião era falsa ou verdadeira. O sofista Protágoras foi, talvez, o primeiro a ensinar que o propósito de qualquer questão se poderá responder, de modo perfeitamente fundamentado, pela afirmativa ou pela negativa. Foi também ele que afirmou ser o homem a medida de todas as coisas, dando, assim origem ao individualismo que os sofistas desenvolveram na mentalidade e nos costumes dos gregos do seu tempo (BELLO, 1978, p.57).

Outros filósofos gregos idealizaram modelos educacionais instigavam o discípulo para pensar com liberdade e assim teorizar sobre os problemas sociais, políticos e econômicos da República. Acreditavam que educar era um ato de consciência e liberdade que favoreciam na construção e prática das virtudes pelo autoconhecimento.

Sob essas condições a educação era a busca da Felicidade. Assim acreditavam que a educação democrática era para todos e por todos.

Acompanhando Bello (1978), a Ciência para Sócrates, resumia-se na Sabedoria, logo a Ciência não proveria das coisas exteriores, mas do íntimo da alma humana, de onde deveria sacá-las o seu mestre.

1.2 As ideias libertárias na Europa do século XX

A realidade da Europa, no início do século XX, era outra. Na Espanha em 1909, Francisco Ferrer¹ era condenado e executado), esse evento provocou no movimento anarquista brasileiro uma campanha para a instalação de Escolas Modernas.



Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909). Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/iconograficos/educacao_anarquista.html acesso em 22/07/2013.

Os projetos educacionais baseavam-se principalmente na Educação Integral de Paul Robin² (1837-1912), na experiência de Sébastien Faure (1858-1942) e na própria

¹ Francisco Ferrer i Guardia nasceu em Alella (próximo a Barcelona–Espanha) em 1859. Teve uma formação muito tradicional e religiosa, mas se tornou um anticlerical ferrenho. Nunca se autodenominou como anarquista, se considerava um livre pensador, defensor do republicanismo na Espanha, sua orientação sócio-política o levou a trilhar os caminhos da educação e também o condenou a morte, quando em 1909 acusado de líder intelectual da Semana Trágica (em que ocorreram vários protestos contra a guerra entre Espanha e Marrocos) foi preso e condenado a morte. Ferrer foi fuzilado em 13 de outubro de 1909.

² Paul Robin (1837-1912), nascido em Toulon na França, era um socialista assíduo durante a Primeira Internacional, mas saiu junto com Bakunin defendendo os ideais anarquistas, rompendo com o socialismo “científico”. Foi o responsável pela apresentação de um programa educacional anarquista em 1882. Cometeu suicídio em 01 de setembro de 1912.

Escuela Moderna de Francisco Ferrer. Buscavam uma educação laica que propiciasse a liberdade do aluno para a criatividade, e o respeitasse como uma pessoa dotada de vontades e habilidades próprias, em que a igualdade e solidariedade humanas eram valorizadas.

1.3. Influências libertárias na educação brasileira do século XX

As ideias de Godwin (1793) influenciaram os intelectuais da educação brasileira, que ao lerem, o livro: “Os males de um ensino nacional” do filósofo Godwin, percebiam que a ineficácia do sistema educacional institucionalizado era padronizada, ou seja, em outros países a educação pública se mantinha como estrutura de domínio e negava as possibilidades de exploração pelo conhecimento subestimando a capacidade individual - tanto do professor como do aluno - pois esses cumpriam os mandos do governo e não realizavam as atividades pedagógicas por desejo, e por muitas vezes promovia indiferença e preguiça que se estendiam ao campo do trabalho.

Dessa maneira o pensamento pedagógico de Godwin influenciou as concepções de educadores brasileiros, pois fornecia material suficiente para repensar sobre as práticas e metodologias pedagógicas utilizadas no sistema educacional brasileiro.

Segundo Luizetto (1981), Godwin se torna uma figura expressiva do movimento, sendo considerado o pai do anarquismo, que desde 1789 criticava o ensino público vigente, com seus métodos de ensino que tolhiam a liberdade e a vontade dos alunos. Considerava também a instituição política como usurpadora da energia e volição de todos os envolvidos no sistema educacional institucionalizado. E com essa organização fragmentava as tarefas e as responsabilidades. (LUIZETTO, 1981, p. 248).

Todavia o ensino público no Brasil só foi possível por causa de mobilizações das classes populares, que apoiadas pelos sindicatos discutiam com o Estado a implantação de escolas públicas urbanas e rurais para os filhos dos trabalhadores. Nas exigências também estavam às criações de escolas gratuitas. Contudo já havia escolas gratuitas desde o período de império e nos anos de República.

Entretanto de maneira incipiente. Mas a “falta” de leis para diretrizes educacionais culminou no afastamento do Estado e conseqüentemente contribuiu a desobrigação estatal no cumprimento de seus deveres.

Diante disso a participação dos governos foi lenta e acanhada refletindo numa instrução pública capenga. Apesar da expansão de escolas elementares o índice de analfabetismo era alto. Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) observamos uma mobilização social para educação popular. Nesse contexto acontece uma reorganização das estruturas econômicas, que passam a vigorar no espaço urbano.

Isso provocou uma nova organização social dos trabalhadores, que associados aos movimentos sindicais exigiam educação popular. Nessa ótica as escolas seriam mantidas pelos trabalhadores e funcionariam em galpões, sendo gestadas por eles. O fundamento epistemológico estava sobre a concepção de educação emancipadora. Que possui como características principais o ensino laico, emancipador, embasado na autoridade do professor, porém sem o autoritarismo do Estado, da igreja e de nenhum membro da escola. O currículo não estaria vinculado à proposta educacional do estado, mas sim disposto em diretrizes próprias e comuns objetivando a formação de sujeitos politicamente engajados com a emancipação humana.

A escola popular visava à formação de sujeitos humanizados, solidários e conhecedores dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade desvinculada de ideologias elitistas.

O pressuposto estava baseado na dialética marxista, o ideário anarquista era o de romper com a educação voltada para os interesses dos meios de produção em massa, que se voltam no suprimento das necessidades construídas no âmago da sociedade capitalista e globalizada, que tem a sua característica mais importante a formação de indivíduos flexíveis para buscar trabalho em qualquer lugar, em que ser cidadão e trabalhador é estarem preparadas as forças produtivas globais e não preso a determinados espaços geográficos.

Podemos entender nas entrelinhas os objetivos do discurso neoliberal na “defesa” da “universalização” para o ensino de “qualidade”, para a escola “democrática” e para a “autonomia” da gestão escolar.

Entretanto esses termos assumem significados neoliberais, ou seja, significa dizer: escola para “todos”; “qualidade” para o mercado, isto é, conhecimentos suficientes para compor o exército de reserva do capital; “autonomia” de gestão, a escola deve manter um caixa próprio, ou seja, contribuições da comunidade escolar para manutenção das despesas.

Então percebemos o distanciamento do Estado neoliberal para com a educação pública e estatal.

Nessa perspectiva os trabalhadores anarquistas defendiam os pressupostos do ensino libertário, pois concebiam as intencionalidades nos discursos e nas leis educacionais outorgadas pelo poder “público” do Estado.

Entendo dessa forma a educação libertária visava à conscientização política dos alunos em relação às condições sociais brasileiras. Nessa perspectiva problematizavam questões sociais, entre elas: o desemprego que deixava aproximadamente 80% na linha da miséria? Ou então, a concentração de renda, em suas deformações na sociedade brasileira?

Analisavam também o currículo para a educação pública, a fim de verificar as formas de alienação pelo conhecimento fragmentado e trabalhado isoladamente.

Sob essas condições a ruptura com o Estado seria a principal meta dos anarquistas, que almejavam preparar os filhos dos trabalhadores para assumir cargos diferenciados na sociedade brasileira.

As ideias libertárias chegaram ao Brasil com os imigrantes anarquistas, principalmente no estado de São Paulo, desde o final do século XIX, trazendo ideias de uma sociedade ácrata, organizada pela cooperação e autogestão, pois defendiam que a educação só seria verdadeiramente democrática se administrada pela população.

Nessa ótica conceitual a sociedade não seria a capitalista, mas sim comunista, em que predominaria a igualdade, liberdade e autonomia de gestão. Esse movimento teve o seu auge em diferentes espaços sociais. A saber, nos meios dos trabalhadores imigrantes e entre alguns intelectuais brasileiros.

A abordagem anarquista era feita por meio de divulgação de panfletos que eram distribuídos em festas, sindicatos, escolas, ruas e nos movimentos de greve.

Pressupondo a necessidade de uma formação voltada para fundamentação epistemológica de cunho libertário criaram escolas libertárias, nas quais os alunos eram os filhos dos trabalhadores imigrantes portugueses, franceses e italianos em sua maioria. Esses princípios libertários na educação em princípio não foram contestados pelo Estado.

Nas primeiras décadas do século XX, os ideais libertários alcançaram muitas cidades brasileiras e em alguns locais foram criadas escolas libertárias.

Uma das características do ensino libertário estava no conhecimento científico, enfatizando os processos de experimentação, a descoberta e da aprendizagem científica. Desenvolvendo a capacidade de cada estudante para o levantamento de hipóteses e análise crítica dos resultados, porém os problemas partiam dos contextos políticos, econômicos sociais nos quais estavam inseridos. (GALLO, 1995).



Escola Moderna nº 1 - Ensino Racionalista - palavras escritas na placa na parede (1913) O Prof. João Penteadado e seus alunos (p.269) em Flávio V. Luizetto, *Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional - 1900/1920*. Tese de doutorado USP. São Carlos, 1984. Reprodução Carlo Romani..

O descontentamento com a falta de escolas públicas para os filhos dos operários era generalizado. Ainda que o movimento anarquista fosse contra hegemônico, face ao predomínio das formas burguesas de escola, muitos aderiram à causa. Nessa ótica seria necessária a construção de escolas que formassem os filhos dos operários nos princípios libertários.

Conforme Rodrigues (1992):

O movimento anarquista promove o surgimento significativo de escolas libertárias criadas em 1895 no Rio Grande do Sul, conhecida como a “Escola União Operária”. Em Porto Alegre a “Escola Eliseu Reclus” fundada em 1906. No Nordeste, “Escola Germinal” no Ceará em 1906; No estado de São Paulo em 1906 criaram a “Escola União Operária de Franca”, em Sorocaba em 1911 “Escolas da Liga Operária” de Sorocaba 1911; “Escola Operária 1º de Maio” em Vila Isabel – Rio de Janeiro 1912; “Escola Moderna” em Petrópolis 1913 (RODRIGUES, 1992 apud MORAES, 1999 p. 17).

No campo educacional, a pedagogia libertária é defendida por muitos como sendo uma alternativa para a prática emancipadora de qualidade, estando fundamentados em princípios de autogestão, afirmação da liberdade, princípios federalistas de governo. Essas características, quando aplicadas ao ensino provocaria uma ruptura dos paradigmas liberais perpassados na estrutura de ensino dualista.

Quanto às suas características, Sílvio Gallo (1995) assim descreve:

[...] a própria escola, estando aí de certo modo representada a sua democratização, a questão não é menos complexa. Assim como a extremização da gestão democrática da escola leva ao rompimento com a estrutura de poder sustentada pelo Estado capitalista e, conseqüentemente, a um necessário rompimento com esse próprio Estado, a realização de um processo educacional que seja responsável pela formação de um cidadão de fato e não apenas de direito, representa,

também, o acirramento de um confronto com o Estado que, enquanto provedor e gerenciador dessa educação, não teria o mínimo interesse em mantê-la nessas condições. (GALLO, 1995, p. 144).

De fato, essa perspectiva libertária para a educação capitalista brasileira seria inaceitável, pois romperia com as estruturas educacionais impostas pelo Estado em seus diversos níveis de controle organizacional e burocratizadas.

Porém refletir sobre as políticas mínimas de Estado para a educação pública no Brasil é problematizar o ensino público brasileiro e tenciona as forças produtivas.

Os anarquistas acreditavam na possibilidade da transformação social acontecer somente pela emancipação popular, pois consideravam que o Estado e Igreja ao exercer domínios na escola, impediam o conhecimento da realidade social dos operários. A escola libertária anarquista defendia e possuía como objetivos; A autogestão e por princípios pedagógicos, a liberdade e o ensino mútuo.



Adelino de Pinho e uma turma de alunos da escola Moderna, em São Paulo (?), 1925. Imagem grafia oferecida gentilmente por Magda Botelho, sobrinha de Neno Vasco, acervo de família. Reproduzida por Alexandre Samis em “Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil.” (p.165) In. História do movimento operário revolucionário. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004.

Acreditavam que a mediação feita pelo professor entre o conhecimento e o aluno desfiasse o interesse no conhecimento científico e cultural. Nessa perspectiva as “escolas” racionais libertárias se instalam no país. Porém para que isso fosse possível havia dois desafios principais: o primeiro seria combater as ideias tradicionais de ensino, defendidas pela Igreja Católica Apostólica Romana. O segundo, combater o ideário capitalista, que oprimia os trabalhadores, não permitindo o acesso a educação com qualidade.

O movimento anarquista considera a educação como tema relevante para se conceber outra sociedade, que não seja voltada para reforçar o neoliberalismo capitalista.

Nos anos 90, o Projeto Neoliberal promoveu impactos significativos na estrutura educacional brasileira. No entanto, forças dominantes defendem o Projeto na tônica do discurso de critérios que gerenciam a escola como sendo eficientes, pois garantem a formação de trabalhadores disciplinados e comprometidos com a produtividade. É importante não pensar de forma restrita, mas sim entender a necessidade urgente de ser da educação popular.

Contudo as possibilidades de implementação dessa educação requer encaminhamentos metodológicos que levem em conta as várias formas e situações atuais da escola pública brasileira. Em vista disso a educação pode ser tanto uma forma de libertação ou de opressão. Ou seja, questionamentos a serem feitos sobre as limitações e possibilidades dessa concepção educacional, entre eles, podemos citar: como a educação para emancipação poderá ser pensada e estruturada nos espaços vigentes? Como ocorrerá a formação sistematizada dos sujeitos na e da escola? Quais são as “ideologias” neoliberais a serem rompidas e que norteiam as políticas públicas para as escolas públicas e estatais?

Nessa ótica capitalista voltamos a recuperar o objetivo do neoliberalismo para com o ensino público brasileiro. Como sendo a escola pública configurada, formatada em tempo e espaço para preparar corpos disciplinados e espíritos dóceis. Em que Foucault denomina Microfísica do Poder, pois para Foucault o poder não é algo que se possui, ele é exercido em rede. Recorrendo a teoria foucaultiana instituições como a escola seriam os espaços para o exercício do poder.

No atual contexto histórico verificamos que o ensino escolar público vai de encontro aos interesses de emancipação da classe trabalhadora brasileira, a qual participa ativamente das contradições sociais inerentes à escola. Ao encontro de diretrizes ditadas pelos órgãos internacionais a estrutura escolar brasileira sustenta-se nos moldes elitistas de sociedade urbano industrial, incentivando o consumo, o individualismo e a competitividade de mercado por sua vez são patrocinados pela mídia.

EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA: UTOPIA OU NECESSIDADE?

O ideário neoliberal na área da educação carrega conceitos elitistas e contraditórios, isto é, a “defesa” por um ensino universal, democrático e público faz parte comumente dos discursos políticos.

Porém o que observamos historicamente é o resultado de uma escola dualista, em que aos pobres uma escola pobre, um ensino precário e do outro lado um ensino para elite. Dessa maneira reforça e sustenta o distanciamento do Estado em cumprir a sua principal função, ou seja, promover educação pública universal em que as normativas sejam cumpridas a rigor e com “qualidade”. Para isso a palavra “qualidade” na educação assume um caráter duplo, isto é, qual a qualidade que tanto defendem? Será que está baseada na indústria? A “qualidade” se refere à produção? Dessa forma podemos constatar que a escola cumpre a sua “missão”. Formação elementar para o trabalho.

As categorias do capital se fazem presentes em todos os momentos e por muitas vezes alienam os sujeitos coletivos e os seus pares nos espaços formais e informais de educação.

Diante disso a Educação Pública brasileira na sua dialética histórica nos remete as primeiras décadas do século XX na qual o ensino público e gratuito, ofertado pelo governo foi uma conquista dos trabalhadores imigrantes, oriundos da Europa. Mas por outro lado se baseava em condições desumanas de alienação, em que na contemporaneidade se intensificou.

Em “Utopias Anarquistas”, Luizetto (1987) discute a educação como núcleo para todas as ideias de superação de modelos societários. A educação na percepção do autor é um dos meios em que se veiculam conhecimentos e valores sociais, assumindo papel fundamental para reprodução social, possibilitando a manutenção ou modificação.

Assim, como o Estado, todo movimento social reformista ou revolucionário possui seus aparelhos educacionais.

No âmbito teórico o movimento anárquico formulou diretrizes educacionais contrárias às políticas do Estado. Como ressalta Luizetto (1986) o foco não era sobre a educação em si, mas sim, educar visando à conscientização política de mudança e rompimento com o aparelho do Estado.

O movimento anárquico sindicalista priorizou a educação fundando e mantendo escolas, centros de estudos e universidades populares. Pois viam a necessidade em acompanhar o processo de revolução social nos moldes libertários.

Segundo Luizetto (1986), ocorreram dois períodos distintos em que a educação libertária fez parte do debate político- educacional: o primeiro, entre os anos de 1840 e 1882, marcados pela participação indireta dos anarquistas, Proudhon e Bakunin.

O Programa Educacional elaborado pelo Comitê para o ensino anarquista, divulgado em 1882, pode ser considerado o marco inicial do segundo período, que se prolongou até as primeiras décadas do século vinte.

O primeiro período ficou caracterizado pelas fortes críticas ao ensino que vigorava, ou seja, o mantido pelo Estado e/ou pela Igreja, acreditavam que esse só reproduzia as formas de dominação; e apresentava propostas genéricas de reformas, mas não de transformação na estrutura educacional.

O segundo período, apresentava de forma clara como combater o ensino vigente por uma proposta efetiva na implementação de um novo sistema de ensino, o de concepção libertária, criando um Comitê para o ensino anarquista.

O Programa educacional de 1882, contava com a participação de Paul Robin (que já desenvolvia experiência de educação libertária).

Baseando-se na prática de educadores, seguidores de Robin, definiram algumas mudanças estratégicas entre elas: a supressão de práticas rotineiras nas escolas, a meritocracia, a disciplina e os programas com conteúdos isolados.

A racionalidade era outra característica da pedagogia anarquista, pautada em princípios científicos, e não metafísicos, libertaria o homem de toda a ignorância, causa da servidão. Outras características faziam parte do ensino libertário, como a coeducação em turmas mistas, compostas por meninos e meninas. O caráter libertário, isto é, a libertação pelo conhecimento contra o autoritarismo, que cerceava os direitos sociais.

É importante destacar que as diretrizes para o ensino libertário provocaram controvérsias e ainda hoje verificamos certa resistência em abolir práticas educativas liberais.

Ainda hoje, encontramos nas escolas uma preocupação com a disciplina, programas e classificações, rotinas e até mapas de sala, pois, muitos educadores defendem tais medidas, ou seja, as coerções são necessárias para manter a disciplina, ordem em sala de aula.

2. As tendências pedagógicas no Brasil

Compreender a concepção libertária na educação brasileira se faz necessário contextualizar as tendências pedagógicas. De acordo com a classificação de Carlos Libâneo (1989) as tendências pedagógicas se dividem em: Pedagogia Liberal e Pedagogia Progressista. A primeira é subdividida em Pedagogia Liberal/Renovadora; Pedagogia Liberal Não-Diretiva e Pedagogia Tecnicista.

A Pedagogia liberal tradicional no Brasil visava à preparação elementar para os filhos dos trabalhadores, objetivando o ensino para provimento de mão de obra, “[...] competentes para o mercado de trabalho, transmitindo, eficientemente, informações precisas, objetivas e rápidas” (LIBÂNEO, 1989, p. 290).

Nessa concepção observamos o caráter dualista na educação brasileira, ou seja, a existências de dois tipos de escola, uma para os filhos dos trabalhadores com objetivos claros na preparação elementar e capacitar para o trabalho. E o outro visava preparar os filhos da elite vistos a administração pública ou nas profissões liberais. Essa característica dual remonta ao período republicano, portanto há claro o papel ideológico do Estado para com a educação brasileira.

De fato, Libâneo ressalta o aspecto principal da escola dualista brasileira que por ter a “[...] ênfase no aspecto cultural esconde a realidade das diferenças de classes, pois, embora difundida a idéia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições” (LIBÂNEO, 1989, p. 21-22).

Em contrapartida, aos pressupostos da escola tradicional encontra-se a pedagogia progressista, em suas versões; Libertária, Libertadora e Crítico-social dos conteúdos e mais recentemente a pedagogia histórico-crítica. As duas primeiras consideradas como Pedagogia Anarquista.

A perspectiva libertária na educação: “abrange quase todas as tendências antiautoritárias em educação, como a psicanalítica, a anarquista, a dos sociólogos e também a dos professores progressistas” (LIBÂNEO, 1989, p. 39).

Acompanhando Libâneo constatamos que os princípios libertários para a educação são encontrados em menor ou maior grau nas tendências progressistas para o ensino brasileiro.

2.1. Pressupostos da pedagogia libertária

Os pressupostos da tendência libertária possuem princípios políticos e sociais nas teorias modernas de educação, porém é diferenciada por propor a negação aos sistemas autoritários.

Defendia autogestão como sendo uma concepção que vai de encontro às concepções essencialistas e existencialistas, pois para que a educação libertária se efetive é primordial a consciência da realidade social, imposta pela racionalização do trabalho.

Concordamos com Tragtenberg (1986), ao afirmar que a autogestão implementada ao processo produtivo em que os princípios tayloristas eram adotados, não seria compatível aos interesses econômicos e políticos. A autogestão não é um objetivo da sociedade capitalista, seja na forma do capitalismo privado, seja na forma livre concorrencial, monopolista ou estatal. Ela significa que o proletariado e os assalariados em geral gerem por si mesmo suas lutas, através das quais se conscientizam de que podem administrar a produção e criar novas formas de organização do trabalho. Em suma, que podem colocar em prática a “democracia operária” (TRAGTENBERG, 1986, p.).

2.2. Possibilidade da implementação dos ideais libertários nas escolas brasileiras

A autogestão obedeceria a etapas organizacionais, são elas: auto-organização de estudos; a formalização dos estudos desenvolvida pela comunidade escolar e por último e estudo formal organizado pelos educadores anarquistas objetivando a formação intelectual, cultural e política.

Além da autogestão a educação libertária argumenta sobre a importância de formação integral, que iria além da essência e para além do existir, seriam as uniões das duas teorias, dispondo que o homem comporta as duas características. E nesse sentido a liberdade pelo conhecimento racional se dá de forma integrada.

Ainda recorrendo a Gallo (1993):

A proposta libertária de uma educação integral, fundada no princípio da autogestão, não pode, portanto, ser confundida com as propostas escolanovistas que lhe são contemporâneas. Se há uma convergência entre elas, há uma divergência fundamental, a postura política resultante da concepção antropológica que a sustenta. Assumir o homem como um ser complexo, integral, com direito à igualdade e à liberdade leva necessariamente a um confronto político com a sociedade capitalista, que funciona através da alienação, buscando estratégias políticas de transformação social. Abandona, assim, a imobilidade de um passado de tradições para abrir-se ao futuro como um novo horizonte de possibilidades (GALLO, 1993, p.).

A ideia anarquista era criar um sistema de ensino paralelo ao ofertado pelo governo. A base filosófica estava no ensino mútuo praticado em núcleos do movimento anarquista. Ou seja, configura-se num movimento revolucionário de fundamentação socialista, que combatiam o trabalho infantil e o alto índice de analfabetismo no Brasil.

Rodrigues (1992, p. 25) explica bem a situação dos operários brasileiros quando ressalta sobre a grande quantidade de crianças com sete anos de idade trabalhando nas fábricas. Situação que impedia a frequência nas escolas, gerando um alto índice de analfabetos. Nas reuniões, promovidas pelo sindicato, alguns letrados se dispunham para ler em voz alta os jornais e prospectos, para que pudessem compreender as ideias, os métodos de luta, memoriza-los e assimilá-los.

A educação anarquista possui duas vertentes de ideias pedagógicas libertárias. O Ensino integral e Racional. Os pressupostos dessas duas vertentes não se contrapõem, pelo contrário se complementavam. O ensino integral preconizava o ensino das ciências, das artes, que garantiam o conhecimento científico articulado ao desenvolvimento físico e moral.

A educação libertária redimensiona a prática pedagógica num foco moral, baseado no respeito à liberdade de ser para si e de ser para o outro. Compreende que a liberdade do outro só será alcançada negando as competições e destaca a cooperação como oposição ao sistema capitalista neoliberal que tem por base o consumo, a homogeneização social.

Têm-se uma contradição na implementação de autogestão no sistema capital então não se concebe em curto prazo escolas libertárias. Porém na contra mão é urgente buscar e lutar por possibilidades de uma escola que promova autonomia, que se fundamente em educação integral e não em tempo integral.

Parafraseando o autor, os paradigmas postos em tendência liberais, modernas de educação precisam ser postas em xeque, haja vistas as transformações econômicas globalizadas, a tendência anarquista ou libertária poderá contribuir para se pensar em referenciais analíticos que discutem sobre a escola capitalista não servir mais na contemporaneidade. Portanto repensar a educação brasileira nos moldes atuais é compromisso daqueles que lutam pelos direitos humanos universais.

Talvez, ao verificarmos os movimentos sociais e suas bandeiras possamos propor uma ruptura com os paradigmas educacionais. Porém entendemos que no limite da proposta capitalista algumas mudanças poderão ser efetuadas.

Consideramos que o mais importante é propor discussões sobre as possibilidades de o ensino brasileiro ser baseado na educação integral para todos, ou seja, igualitária e realmente democrática, ou melhor, uma verdadeira democratização pelo ensino.

É nessa ótica a razão em discutir sobre a viabilidade de implementação de escolas libertárias no país. Talvez tenham que discutir mais aos limites que possibilidades, considerando o tipo de sociedade que vivemos na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pedagogia libertária proposta possuiu a função de nos auxiliar na compreensão dos contextos educacionais no início do século XX, e que foram determinantes para as oposições dos trabalhadores imigrantes europeus no Brasil.

Porém, entendemos que para implementar as ideias libertárias na sociedade contemporânea os limites são muitos e as possibilidades mínimas. Contudo vale ressaltar que mudanças significativas e relevantes são necessárias para a educação brasileira, que organizada pelo Estado não cumpre de fato a sua função social.

Com base nesses elementos defendemos a ideia em se problematizar as questões educacionais apresentadas nas condições vergonhosas das escolas públicas e estatais brasileiras. Para tal é fundamental que os professores de instituições públicas participem na construção das mudanças necessárias tendo como meta as diversas dimensões possíveis de mudança.

Como defende Paulo Freire: “Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes”.

REFERÊNCIAS

- BELLO, Ayres Rui. **Pequena história da educação**. Coleção Pedagógica, 1978.
- GALLO, Sílvio D. de Oliveira. **Educação Anarquista: por uma pedagogia do risco**. Dissertação de Mestrado Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítica-social dos conteúdos**. 8. São Paulo: Loyola, 1989.
- LUIZETTO, Flávio. **Utopias anarquistas**. SP: Brasiliense, 1983.
- LUIZETTO, Flávio. **Cultura e Educação Libertária no Brasil no início do século XX**. In: Educação & Sociedade, UNICAMP, Campinas: São Paulo, ano IV, n^o 12 setembro de 1982.
- LUIZETTO, Flávio. **O movimento Anarquista em São Paulo: a experiência da escola moderna**. n^o 1 (1912-1919). In: Educação & Sociedade, UNICAMP, Campinas: São Paulo, ano VIII, n^o 24 agosto de 1986
- PLATÃO. **A República**. Tradução de CORVISIERE, Enrico. São Paulo: Nova Cultura Ltda., 1997.
- RODRIGUES, Edgar. **Os libertários: idéias e experiências anarquistas**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- TRAGTEMBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.
- MARTINS, Ângela Maria Souza. **A Educação libertária na primeira república**. Núcleo de Estudos em Educação Brasileira- NEB-UNIRIO.
- KASSICK, Clovis Nicanor. **Pedagogia Libertária na História da Educação Brasileira**.
- Revista HISTEDBR. **Revista Margem Esquerda Online**. Pedagogia Libertária e Pedagogia Crítica. Antônio Ozaí da Silva.

Recebido: agosto/13

Aprovado: março/14